

CORREIO FLUMINENSE

POR REDAÇÃO



Nova plataforma vai unificar dados das forças policiais

Castro institui Sistema Integrado de Segurança

Com o objetivo de unificar os dados das forças de segurança e implementar um novo modelo de governança e gestão da informação, o governador Cláudio Castro instituiu o Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP). O decreto que oficializa a criação do sistema foi publicado nesta terça-feira (29), no Diário Oficial.

O sistema permitirá o compartilhamento de dados das polícias Civil e Militar, além de outros órgãos do Sistema de Justiça Criminal, com o objetivo de agilizar o atendimento ao cidadão, dar mais eficiência às ações de segurança e melhorar o planejamento das políticas públicas.

Gerido pela Secretaria de Segurança Pública, com apoio técnico do PRODERJ, o SISP contará com uma coordenadoria própria. A previsão é que o sistema entre em operação nos próximos 90 dias e que os sistemas já existentes sejam integrados em até 180 dias após o início da implantação.

O SISP faz parte do conjunto de ações que o Governo do Estado vem implementando para reforçar diariamente seu compromisso de proteger e cuidar da população. Já foram mais de R\$ 4,5 bilhões investidos nas forças de segurança, contribuindo para a modernização dos softwares, tecnologia, inteligência e equipamentos.



Iniciativa soma R\$ 6 milhões investidos de forma direta

Niterói lança novo edital de economia solidária

A Prefeitura de Niterói lançou, nesta terça-feira (29), o terceiro edital de fomento à economia solidária no município. Nesta edição, serão investidos R\$ 2 milhões. A iniciativa já se consolidou como política pública permanente e tem como objetivo fortalecer coletivos produtivos, cooperativas e empreendimentos solidários da cidade. A cerimônia de lançamento contou com a presença do prefeito de Niterói, Rodrigo Neves; da vice-prefeita Isabel Swan; do secretário de Assistência Social e Economia Solidária, Elton Teixeira; da deputada estadual Verônica Lima e do vereador Sylvio Maurício.

Foram investidos R\$ 4

milhões nos dois primeiros editais, beneficiando 45 coletivos de diferentes segmentos, como artesanato, pesca artesanal, costura, alimentação e agricultura urbana. Esses grupos estão distribuídos por todas as regiões da cidade, promovendo geração de renda e inclusão produtiva por meio de práticas sustentáveis e autogestionárias.

Nesta nova etapa, o investimento será de R\$ 2 milhões, com foco na ampliação da capacidade produtiva dos coletivos, formalização dos empreendimentos, aquisição de equipamentos, estruturação de espaços de trabalho, além de ações de formação continuada.

Primeiros socorros

Com o objetivo de capacitar alunos e profissionais por meio de uma aula expositiva e prática de primeiros socorros, para que eles ajam de forma segura em situações de emergência, a Defesa Civil de São Gonçalo realizou, nesta terça-feira (29), uma palestra no CIEP 438 Municipalizado Rubens Maurício da Silva Abreu, no Colégio Estadual Subtenente PM Marco Antônio Gripp, no Galo Branco, e no Colégio

Estadual Coronel PM Marcus Jardim, no Alcântara. As palestras englobaram as noções de primeiros socorros, com participação prática dos alunos, que aprenderam para quais números ligar de acordo com cada emergência, além de atuar de forma rápida caso presenciem crise convulsiva, desmaio, parada cardiorrespiratória, trauma, queimadura, entre outras emergências.

MPF pede anulação de licença para obra de hotel

Ação cobra consulta a comunidades tradicionais de Paraty-RJ

O Ministério Público Federal (MPF) pediu, por meio de ação civil pública, que a licença de instalação emitida pelo município de Paraty (RJ), autorizando a construção do Hotel Spa Emiliano, empreendimento de luxo da empresa J Filgueiras Empreendimentos e Negócios Ltda, seja anulada. Segundo o MPF, a construção poderá causar impactos ambientais severos e irreversíveis em ecossistemas frágeis e protegidos. A ação tramita na Justiça Federal de Angra dos Reis (RJ) e aguarda apreciação da liminar.

O MPF requer também que o estado do Rio de Janeiro assumira o processo de licenciamento, garantindo a inserção da variável climática nos respectivos estudos e adotando medidas de compensação durante todas as fases do empreendimento.

O licenciamento do Hotel Spa Emiliano tem sido alvo de questionamentos desde 2022. Na época, o MPF instaurou inquérito civil público, após constatar a ausência de consulta adequada a comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas e indígenas da região, como determina a legislação nacional e os tratados internacionais ratificados pelo Brasil. Também foi verificada omissão quanto à participação dos conselhos gestores ambientais e a aceleração incomum do processo no final de 2024, às vésperas da mudança de gestão municipal.

Reserva ecológica

O MPF frisa que a área onde se pretende instalar o empreendimento é considerada sensível e estratégica para a conservação ambiental e proteção cultural. Além de estar situada dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) Cairuçu (Unidade de Conservação



Construção em Paraty é alvo de vários questionamentos por parte do MPF

ção federal), está inserida em território reconhecido pela Unesco como Patrimônio Mundial Misto – o primeiro da América Latina com esse título – por reunir rica biodiversidade da Mata Atlântica e cultura tradicional caiçara.

O projeto se encontra próxima à zona de amortecimento da Reserva Ecológica da Juatinga, a manguezais, cursos d'água, áreas de preservação permanente (APPs), além de terras indígenas, comunidades caiçaras e quilombolas. Há ainda previsão de supressão vegetal significativa para a instalação de cabanas, vilas e estruturas de lazer como beach club e spa, contrariando as diretrizes de zoneamento da APA.

Na ação, o MPF destaca que o projeto de arquitetura prevê infraestrutura de alto padrão – com piscinas e banheiras individuais em todas as unidades hoteleiras – o que implicaria forte pressão sobre os recursos hídricos e o saneamento local, além do aumento de circulação de veículos e pessoas em uma área de reconhecida sensibilidade ambiental. O órgão ainda reforça que a ausência de

Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (Rima) impossibilita a análise dos riscos sobre a biodiversidade, a paisagem natural, os bens culturais e os modos de vida das populações tradicionais do entorno.

Danos morais coletivos

A ação pede também a condenação dos réus ao pagamento de R\$ 3 milhões por danos morais coletivos, sendo R\$ 1 milhão atribuído à empresa J Filgueiras, R\$ 1 milhão ao estado do Rio de Janeiro e R\$ 1 milhão ao município de Paraty.

A ação pede ainda a condenação do município de Paraty à suspensão imediata de qualquer nova licença relacionada ao empreendimento até a regularização completa do processo, com participação dos conselhos ambientais – do município e da APA – e com inclusão de todos os entes federais com atribuição na área, como o ICMBio e o Iphan.

Em relação à empresas, o MPF pede paralisação do empreendimento e novo pedido de

licenciamento. Desta vez, dirigido ao órgão ambiental estadual, caso seja reconhecida a obrigatoriedade de EIA/Rima.

Ao Iphan, a ação requer que se abstenha de emitir novas anuências relacionadas ao Hotel Spa Emiliano até que seja apresentado novo processo de licenciamento ambiental, com a participação de todos os órgãos federais e com consulta efetiva às comunidades impactadas.

Envolvidos divulgam notas

Em nota enviada à imprensa, a prefeitura disse que o licenciamento seguiu os trâmites legais e que novas análises técnicas serão feitas antes do início das obras. Já a empresa J Filgueiras divulgou, em nota, que preservará 98% da área, construindo em apenas 2% do terreno. Disse ainda que o projeto respeita o meio ambiente. Já o Inea afirmou “que a legislação atribui ao município a competência para licenciar empreendimentos turísticos, exceto quando há necessidade de estudos aprofundados. Nesse caso, o estado assume a responsabilidade”.

Palestra sobre vendas é tema do Encontro de Mulheres em associação



Fernanda Moysés diz que evento é oportunidade para ampliar redes de contato

promete ser de grande interesse para quem atua nos segmentos de comércio e serviços: “Aumente suas vendas em 15 dias”.

A palestra será ministrada

pela especialista em vendas Silma Pinheiro, profissional com mais de 20 anos de experiência na área comercial e coautora do livro “Mulheres que Inspiram

Grandemente”. Silma trará estratégias práticas, dicas de aplicação imediata e exemplos reais para impulsionar resultados em curto prazo.

A presidente do CMEC BM, Denyse Singulani, destaca a importância de ações como esta para o fortalecimento do empreendedorismo feminino na região.

“Os encontros são abertos a mulheres empreendedoras de todos os portes e setores e representam uma oportunidade para ampliar redes de contato, encontrar parceiras de negócios e compartilhar vivências que fortalecem toda a comunidade empresarial feminina. Nossa Casa está de portas abertas para receber as empreendedoras de toda a região”, afirmou a presidente da entidade, Fernanda Moysés.

Angra dos Reis divulga resultados do 2º bimestre com dados da Educação

A Escola Municipal Júlio César de Almeida Larangeira foi palco da entrega dos resultados do segundo bimestre de 2025 do IDEAR — Índice de Desenvolvimento da Educação de Angra dos Reis. Durante o encontro, realizado na segunda-feira, 28, os gestores receberam os dados das escolas e, ao todo, 12 unidades dos anos iniciais se destacaram com projeções de fluxo escolar no nível 1, o mais alto da escala de desempenho.

O evento reuniu os 68 diretores das unidades escolares de anos iniciais e finais do Ensino Fundamental que participam do IDEAR. Outras 24 unidades — voltadas exclusivamente à educação infantil ou especial — não integram o indicador, em função das especificidades pedagógicas dessas etapas.

Criado pela Secretaria de Educação, Juventude e Inovação, o IDEAR é um instrumento es-

tratégico para monitorar a qualidade do ensino em Angra dos Reis, e contribui diretamente para o aperfeiçoamento da performance escolar, o avanço da aprendizagem dos estudantes e a elevação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) no município. Os resultados são baseados nas Avaliações Formativas do Sistema Avaliar, aplicadas regularmente aos alunos da rede com foco em Língua Portuguesa e Matemática.

A apresentação dos dados trouxe uma análise comparativa entre os anos de 2024 e 2025. Em Língua Portuguesa, o maior crescimento foi registrado no 1º ano (+14 pontos), seguido pelo 9º ano (+13). Em Matemática, o destaque também ficou com o 9º ano (+12 pontos), enquanto o 6º ano apresentou uma queda de nove pontos — o único recuo no comparativo.